



## ATUALIDADE E BIOPOLÍTICA

GUILHERME CASTELO BRANCO<sup>1</sup>

**RESUMO:** A atualidade tem, no pensamento de Michel Foucault, valor de referência obrigatório para a análise do mundo social e político a partir do século XX. O texto procura mostrar os diversos e controversos pontos de vista apresentados na arqueologia do saber a respeito do discurso considerado pertinente sobre os sujeitos e, depois, na analítica do poder, quando o tema é o controle da vida e seus desafios. No primeiro momento, a ênfase na teoria das ciências humanas é abandonada em prol dos incertos inter-lugares ocupados pelos sujeitos históricos. Como pensar o presente da vida e da política e seu futuro, passa a ser o cerne deste breve estudo, interrogação que não tem data para nosso pensamento sobre o tempo no qual estamos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atualidade, Filosofia política, Foucault, Biopolítica, Incertezas.

**ABSTRACT:** In Michel Foucault's thought, the present has an obligatory reference value for the analysis of the social and political world from the 20th century on. The text seeks to show the diverse and controversial points of view presented in the archeology of knowledge regarding the discourse considered pertinent about subjects and, later, in the analytics of power, when the theme is the control of life and its challenges. In the first moment, the emphasis on the theory of human sciences is abandoned in favor of the uncertain inter-places occupied by historical subjects. How to think about the present of life and politics, and its future, becomes the core of this brief study, a questioning that has no date for our thinking about the time we are in.

**KEYWORDS:** Actuality, Political philosophy, Foucault, Biopolitics, Uncertainty.

Ao longo de sua curta vida intelectual, Foucault apresentou duas maneiras de se pensar a atualidade, conforme os momentos de suas inquietações. Nos anos sessenta do século XX, a atualidade é pensada sobretudo no âmbito da análise dos discursos e das estruturas de pensamento. No decorrer de entrevista de 1967<sup>2</sup>, ele afirma “creio que existe um determinado tipo de atividades ‘filosóficas’, em determinados domínios, que consistem em determinar o presente de uma cultura (...)”(FOUCAULT, 1994f, p. 620). Na verdade, suas preocupações com a atualidade estão ligadas à análise do discurso e da cultura, tem sentido mais epistemológico que histórico. Em outra entrevista, quase simultânea, Foucault vai mais longe na sua visão e afirma, com todas as letras, que “(...) pode-se falar de uma espécie de filosofia estruturalista,

<sup>1</sup> Professor Titular e da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Membro permanente do Programa de Pós-Graduação da UFRJ e da Red Iberoamericana de Filosofia Política. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: guilhebranco@gmail.com.

<sup>2</sup> Texto número 50 do *Dits et écrits*. “Quem você é, Professor Foucault?”.

que poderia se definir como uma atividade que permite diagnosticar o que é a atualidade (FOUCAULT, 1994a, p. 581). E vai aos detalhes, afirmando que trata-se de “(...) um estruturalismo que diria respeito à nossa cultura, a nosso mundo atual, ao conjunto de relações práticas ou teóricas que definem nossa modernidade (FOUCAULT, 1994a, p. 581)<sup>3</sup>. Quase vinte anos depois, com preocupações de outra ordem, o tema do presente ganha novo sentido, e se revela mais complexo e articulado com a história e com a política: “penso que dever-se-ia caminhar para uma nova economia das relações de poder, ao mesmo tempo mais empírica e vinculada a nossa situação presente, e que implica em mudanças nas relações entre a teoria e a prática”, que “(...) consiste em tomar os as formas de resistência aos diferentes tipos de poder como ponto de partida”( FOUCAULT, 1994b, p. 225). A visão do que é o presente ou a atualidade passou a ter outra percepção. Agora é a política que se mostra como o centro da análise, na sua forma mais combativa, a das resistências ao poder, cujas diversas formas de problematização e de articulação são as vidas subjetivas, as relações sociais, os cuidados de si, a criação de vidas-outras, a modificação de nossas vidas e do mundo.

A leitura de muitas pessoas, a emergência de nova forma de racionalidade política na vida contemporânea com o liberalismo e suas derivações, por exemplo, levou à indiferença com as populações mais vulneráveis, com os mais pobres, com os menos favorecidos. Estamos, por assim dizer, revivendo o início do século XX, quando ocorreu uma mudança significativa no comportamento político das sociedades europeias e das américas, por efeito de lutas sociais de grande monta, oriundas de manipulações de classe que resultaram no fascismo, no nazismo e nas ditas democracias elitistas em todo o mundo. Nada mais retrógrado e sem moralidade, no campo da ação político-social, quando a cisão da sociedade e a falta de proporção equalitária da vida resultam em confrontos entre aqueles que deveriam ser parceiros na vida comunal. Portanto, o que ressurgiu no mundo atual não é uma intolerância desprovida de sentido ou objetivo, pois ela está a serviço de pequenas camadas das populações dos países ocidentais, no geral constituída por empreendedores/empresários e por proprietários de toda ordem, que enxergam nas práticas de exclusão e na eliminação de direitos de trabalhadores uma nova oportunidade de retorno aos lucros extraordinários dos velhos tempos que seriam, para eles, ‘os bons tempos do mundo antes das lutas sociais, dos comunistas, dos sindicatos’. As práticas pelas quais se realizam os mais diversos retrocessos sociais e políticos estão disseminados por todos os países do lado dito ‘ocidental’ nestes tempos de globalização, tais como: compra da

---

<sup>3</sup> A entrevista, de número 47, foi publicada com o título “A filosofia estruturalista permite diagnosticar o que é a “atualidade”.

mídia, manipulação de redes sociais, associação com seitas religiosas, corrupção generalizada entre empresários e políticos, esvaziamento moral do judiciário, burocracia a serviço dos interesses das classes dominantes e do ‘mercado’. A violência é um dos componentes mais utilizados neste amplo espectro de intolerância, que possui as mais diversas modalidades de expressão.

A importante pensadora que nos informou sobre o modo de ser do totalitarismo no século vinte, cujas análises mantêm sentido e pleno vigor ainda hoje, foi Hannah Arendt. Foucault, por sua vez, ajudou a fazer da vida política contemporânea um objeto de estudo que se apropria da vertente teórica da pensadora alemã, devido à sua percepção da aliança entre violência e burocracia. A questão da filosofia política, cabe lembrar, não é de ordem moral, vinda da refutação do uso da racionalidade em nome de valores humanos, nem é a de procurar ter êxito na vitória sobre a contestação do poder da razão, em nome de um campo extra racional. A crítica filosófica deve possibilitar que tenhamos consciência, a partir da análise histórica da vida social, observando os seus campos particulares e ‘menores’ que “(...) nós nos tornamos prisioneiros de nossa própria história” (FOUCAULT, 1994b, p. 225).

No *Sécurité, territoire, population*, no intuito de compreender a atualidade, Foucault apresenta uma oposição, importante, entre soberania política e governamentalidade biopolítica. As diferenças entre elas, falando didaticamente, seriam estas: a soberania seria característica dos séculos XVI, XVII e grande parte do século XVIII, quando a questão do poder está centrada nas atividades e modos de ser do príncipe ou soberano, em torno do qual a vida e o destino dos súditos estão submetidos. Os bons momentos ou, pelo contrário, os péssimos ciclos políticos e econômicos dos países dependeriam da sagacidade, caráter e inteligência do monarca (e seus auxiliares mais próximos, claro). O pensador mais emblemático da era da soberania, no campo da política, e apenas nela, é Maquiavel. Ele reduz, segundo Foucault, o poder político às artes de governo soberano da Idade Clássica. Por sua vez, a vida na era da soberania, que antecede a época da governamentalidade, lembra Foucault, é uma época regida pelo mercantilismo, no qual o padrão da riqueza viria do estoque ou quantidade de moeda (ou seja, de metais valiosos, sobretudo ouro)<sup>4</sup>, que recebem especial valor quando recebem a marca, o cunho, o reconhecimento do soberano.

Na era da governamentalidade (a partir dos fins do século XVIII), por sua vez, as boas ou más perspectivas dependeriam de um conjunto de gestores, burocratas e policiais anônimos,

---

<sup>4</sup> Ver *As palavras e as coisas*, em especial o Capítulo VI, sob o título ‘Trocar’, e, nele, o item III, intitulado ‘O mercantilismo’.

que vinculados às forças produtivas de seus países podem ter ou não sucesso na sua tarefa de regular o mundo da livre iniciativa característica do liberalismo (ou neoliberalismo). No tempo da governamentalidade (biopolítica), o poder torna-se anônimo e disseminado na ampla camada da hierarquia burocrática. Certos gestores podem ser postos em destaque, eventualmente como presidentes de países ou grupos parlamentares que lograram modificações significativas nos seus respectivos períodos de atuação, mas isto deve-se a alianças de amplo espectro. Quando importantes modificações acontecem, muitas vezes com o apoio de segmentos majoritários da sociedade democrática, os custos políticos e econômicos não são de pequena monta. No geral, todavia, trata-se de um mundo político e econômico que avança, dia-a-dia, na crescente instauração de mecanismos de controle à distância, com muitas maneiras de execução do lucro e do exercício do consumo concentrado nas mãos de poucos.

O mundo da governamentalidade e da Biopolítica, nunca é demais recordar, é o da instauração e vigência do biopoder e do racismo de estado. Nele existe o paradoxo: ao mesmo tempo em que se busca melhorar a qualidade de vida, sua duração, potencializar o corpo, diminuir as doenças, enfim, fazer viver, por outro lado o mesmo poder político passa a pedir a morte, a deixar morrer não somente seus cidadãos como também todos os estranhos à forma de vida que ela determina. Governamentalidade e manipulação da vida e da morte não são excludentes; na verdade são faces de um mesmo jogo de poder com práticas de funcionamento simultâneos e opostos. A governamentalidade está completamente apoiada numa nova (do ponto de vista macrohistórico) forma de gestão política e econômica. O que importa mais, na era da governamentalidade, é o manejo e administração da população, que resultam de uma nova tecnologia de poder disseminada no mundo civilizado, nascida em meados do século XVIII, que tem por alvo a regulação da população, que Foucault denomina de “... biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 1997, p. 214).

No *Il faut défendre la société*, Michel Foucault demonstra sua perplexidade com o fato de que os poderes hegemônicos, na modernidade, tenham passado a eliminar sua própria população, o que passa a contrariar seus objetivos e sua razão de ser. A citação a seguir, quase todas as pessoas que pesquisam o pensamento de Foucault já conhecem, mas vamos indicar:

Como um poder como este [o biopoder] pode matar, se ele na verdade cuida essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de aumentar suas chances, e afastá-la dos acidentes, de compensar suas deficiências? Como, nestas condições, é possível, para um poder político, matar, pedir a morte, causar a morte, fazer morrer, dar a ordem de matar, expor à morte não somente seus inimigos, mas também seus cidadãos? Como este poder que tem por objetivo fazer viver pode deixar morrer? (FOUCAULT, 1997, p. 226-227).

Se o fascismo e o stalinismo são considerados patologias do poder, pois através desses regimes políticos crimes terríveis foram cometidos, Foucault alerta, com muita pertinência, que “o fascismo e o stalinismo utilizaram e alargaram mecanismo já existentes na maioria das outras sociedades. Mas não somente isto; malgrado sua loucura interna, eles utilizaram, em grande medida, as ideias e os procedimentos de nossa racionalidade política” (FOUCAULT, 1994b, p. 224). A burocracia e os campos de concentração e de extermínio, com todo o seu aparato técnico-científico, com todas as competências funcionais a seu serviço, são prova cabal deste excesso da racionalidade em nossa época, independentemente do regime político ou ideológico. Razão e violência não se opõem na política contemporânea.

Na governamentalidade, que vige no mundo considerado democrático e neoliberal, que viria da decisão popular, das práticas correntes de mercado e de participação política, e que consubstancia as leis, segundo Foucault, teríamos um mundo da gestão dos interesses dos diversos setores da população, considerada enquanto categoria abstrata. Tudo seria fácil de explicar, se não entrasse em jogo a ideia de golpe de Estado, ou seja, a ideia de que a governamentalidade traz em si mesma um aspecto absolutamente inusitado: na hipótese de ocorrerem certas condições excepcionais, de ameaça (real ou imaginária) ao poder instituído e à segurança, a partir daí se inicia o golpe de estado, entendido enquanto iniciativa e ação feitos pelo próprio Estado.<sup>5</sup>

Tal violência, ademais, é e deve ser teatral<sup>6</sup>, não somente para impactar, mas também para mostrar que sua intervenção é durável ou irreversível. Finalmente, o Estado leva muito longe o desejo de reparação no golpe de estado, justificando, em muitos casos, o teatro político. Com efeito, afirma Foucault:

(...) o golpe de Estado é violento. Ora, como o golpe de Estado nada mais é do que a manifestação da razão de Estado, nós chegamos à ideia de que não existe antinomia, no que concerne ao Estado, pelo menos, entre razão e violência<sup>7</sup>. É possível se afirmar, inclusive, que a violência de Estado, nada mais é do que a manifestação abrupta, de certo modo, de sua própria razão” (FOUCAULT, 2004b, p. 270).

Ao fim e ao cabo, a noção de golpe de Estado é inerente ao Estado, e por este motivo justifica-se a expressão ‘terrorismo de Estado’, que é a manifestação da violência do Estado face à sua população e ao sistema legal.

---

<sup>5</sup> Neste caso, temos de deixar claro que a noção de golpe de Estado, em Foucault, é sinônimo de estado de sítio ou estado de exceção, situação que se desencadeia por dispositivos constitucionais e que é realizado pelo próprio Estado, em caso de ameaça (real ou fictícia) externa ou interna. A noção tradicional de golpe de estado, por sua vez, seria o objeto da análise do filósofo. Através dele torna-se perfeitamente cabível que façamos a associação entre golpe de Estado e terrorismo de Estado.

<sup>6</sup> Como bem mostra Roberto Nigro, no seu texto “Terrorisme d'état, coup d'état, exclusion”.

<sup>7</sup> O que assegura nossa interpretação apresentada em nota anterior: o golpe de Estado é iniciativa e realização do Estado.

A oposição entre governamentalidade (gestão) e golpe de Estado (violência), parece ser meramente retórica, e traz a grande lição de que a política, na modernidade, acarreta e aceita “(...) violências como sendo a forma mais pura da razão e da razão de Estado” (FOUCAULT, 2004b, p. 272-273). Na raiz e no cerne da racionalidade política está a violência, a tendência ao genocídio e ao extermínio, fato irrefutável do presente histórico. O Estado e o crime de Estado, o terrorismo de Estado, são manifestações da própria razão de ser do Estado. Eles coabitam na paradoxal interface entre legalidade e violência. Nos tempos modernos o exercício do poder tornou-se mais insidioso, como afirma Foucault: “nunca existiu, creio eu, na história das sociedades humanas – inclusive na velha sociedade chinesa, - no interior das estruturas políticas, uma combinação tão complexa de técnicas de individuação e de procedimentos totalitários” (FOUCAULT, 1994b, p. 229).

Todavia, vale o alerta de que a esperança inabalável, que Foucault retira do pensamento kantiano, no potencial das lutas de resistência e nas aspirações pelos direitos das populações, na transformação social e política, pois ao mesmo tempo os crimes perpetrados pelos Estados não podem ser nem duráveis nem constantes. O estado de exceção, o estado de sítio são possibilidades abertas na política e na vida jurídica ocasionais, que ocorrem às vezes em determinado país, em certas condições, em determinado período de tempo. Mas tal estado de exceção não se mantém na história. Nunca houve, no curso da história recente, nenhum governo autoritário que durasse muitos séculos, ou até mesmo décadas, devido às constantes lutas agonísticas das populações e dos diversos grupos sociais<sup>8</sup>, e que decorrem de motivações as mais diversas possíveis.

Foucault sustenta um grande otimismo no que se refere ao futuro político, otimismo alimentado de forte inspiração kantiana. O entusiasmo transformador na modernidade nunca descansa. Para Foucault, já indicamos antes, observar e participar da política é o mesmo que observar e participar dos afrontamentos nas relações de poder, com ênfase nas resistências e estratégias postas em jogo para ampliar o campo da liberdade. O processo de libertação possível, portanto, não se limita aos campos das lutas das minorias e de classes, mas põe também em cena o estatuto da liberdade individual, uma vez que a liberdade pessoal deságua no universo da comunidade e do mundo social. Em outros termos, trata-se de reconhecer, partindo da constatação fundamental dos procedimentos postos em ação pelos Estados modernos para conhecer e dirigir a vida das pessoas, os modos pelos quais certos indivíduos

---

<sup>8</sup> Neste sentido a hipótese de Giorgio Agamben sobre a constância do estado de exceção na modernidade é muito questionável e não se sustenta, pois desmerece o poder das fortes lutas de resistência e por direitos políticos realizados por grupos humanos, em muitas partes do planeta.

realizam, com êxito, um deslocamento ou uma subtração em face dos saberes-poderes e das múltiplas técnicas de poder utilizadas pelas instituições e pelo Estado. A identidade pessoal pode ser – e é, em boa parte e para a maioria das pessoas – o resultado de uma ação institucional e estatal bem-sucedida (do ponto de vista dos dispositivos de poder, é claro). Neste caso, o que temos é uma subjetividade assujeitada, normalizada, controlada pelas técnicas do poder. Contrapondo-se a esses processos individualizantes, por meio dos quais são internalizados certos padrões socialmente desejáveis de vida subjetiva, Foucault toma para si a palavra de ordem da recusa das formas de subjetivação que nos foram impostas durante os últimos séculos, uma recusa que se desdobra na elaboração posterior de efetivos espaços de liberdade. Cabe a nós mesmos deliberar, criar, experimentar novas formas de subjetivação. Começando por nós mesmos e em nós mesmos.

O que está em jogo, cabe lembrar, são processos de autonomização que se opõem às técnicas de individuação e normalização dos dispositivos de poder e controle. Sob certas condições, quando se torna possível o exercício do pensamento livre na modernidade (quase sempre pelo processo educacional e pela associação política), na construção da maioridade, podemos ultrapassar os limites levantados pelos poderes- religiosos, políticos, educacionais - postos diante de nós. Foucault é categórico: toda liberdade é conquistada, e resulta de processos de luta e vem da superação de algum limite no enfrentamento entre partidos, e se apresenta como resultado de um combate calculado e estrategicamente bem-sucedido entre opositores políticos em campos de oposição. Tem de estar em jogo, no campo da agonística política consolidada hoje em todos os lugares, uma razão estratégica libertária contrária a uma razão estratégica normalizadora, disciplinar ou biopolítica. Por essa razão, as resistências ao poder executadas por subjetividades distintas, com questões específicas e bastante distintas em níveis, gêneros e graus de complexidade inerentes à diversidade de faixas etárias e condições sociais, pressupõem combates agonísticos de diferentes matizes e gradações. Para Foucault, do ponto de vista filosófico o ponto máximo ou mais acabado de resistência ao poder começa com a *ontologia crítica do presente*.

O conceito de ontologia histórica ou crítica do presente está diretamente vinculado a esse campo de atuação política iniciado na subjetividade e que incide necessariamente na vida coletiva e social, para além de toda e qualquer causalidade histórica. No controverso texto *Qu'est-ce que les Lumières* (1994c), Foucault define a questão do *Aufklärung* como “uma reflexão filosófica que diz respeito apenas ao modo de relação reflexiva com o presente” (FOUCAULT, 1994c, p. 572). Em primeiro lugar, esse campo de atuação é definido como um

*ethos*, uma atitude. Essa atitude, por sua vez, define-se como uma *atitude-limite*, ou seja, como a transformação de uma “crítica sobre a forma de limitação necessária [transmutada] em uma crítica prática na forma de uma ultrapassagem possível” (FOUCAULT, 1994c, p. 574).

A ontologia crítica do presente, segundo esse texto breve, não é uma tarefa fácil: tem como condição o diagnóstico, mais claro e racional possível, do mundo que cerca os indivíduos e que pode modificar suas condutas e suas ações. Implica também em tomadas de posição a respeito do campo político a se ultrapassar, e que consiste em se criar os meios estratégicos dos quais os indivíduos podem dispor para a superação de limites, que acaba por trazer logo a seguir outros e novos limites face ao campo de superação já realizado. Foucault estava atento ao fato de que o governo de homens livres uns face aos outros poderia acarretar, nos seus próprios fundamentos, ameaças à própria liberdade:

(...) não creio que o único ponto de resistência possível ao poder político – compreendido, de maneira exata, como situação de dominação – esteja na relação de si para si. Digo que a governamentalidade implica a relação de si para consigo mesmo, o que significa dizer, exatamente, que nessa visão de governamentalidade estou falando do conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar, as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns perante os outros. São indivíduos livres os que procuram controlar, determinar, delimitar a liberdade dos outros e, ao fazer isso, dispõem de certos instrumentos para governar os outros. Isso repousa tanto na liberdade quanto na relação consigo mesmo, assim como na relação com os outros (FOUCAULT, 1994d, p. 728-9).

A liberdade, em seu exercício crítico e autônomo, não é plena e sem restrições: ela implica na obediência às máximas ditadas por sua atualidade, que vem acompanhada de sua tarefa crítica, advindas da reflexão sobre as ações possíveis criadas pelo presente histórico e campo político com o qual o indivíduo livre autônomo é obrigado a lidar e lutar. Mas o campo de atuação do sujeito que realiza o diagnóstico do presente na sua prática histórica é e deve ser entendido em limites, do mesmo modo que o dionisíaco necessita do apolíneo. O sujeito, nós enquanto sujeitos, enraizados no presente, não mais possuímos os traços do sujeito a-histórico de Descartes. Detentor de uma consciência parcial de seu lugar na história, como alguém hoje poderia fazer um diagnóstico preciso de seu tempo? Onde estariam ancoradas as certezas históricas que uma pessoa da atualidade possuiria sobre a ampliação de liberdade? A questão fica aberta. Foucault indica que devemos nos posicionar, por princípio, a favor das diversas lutas de resistência. O que não é, evidentemente, uma garantia do valor de qualquer avaliação e análise do presente histórico; antes disso, nada mais é do que uma tomada de uma posição nas lutas agonísticas que pode se permutar ao sabor dos lances estratégicos nas relações de poder. Como se pode dizer, nas lutas contra as técnicas de controle das pessoas, trata-se de ter como lema “uma tarefa política incessante, (...) inerente a toda existência social” (FOUCAULT, 1994b, p. 239).

O enredado mundo político visualizado por Foucault, ao falar das transformações políticas potenciais, ao sustentar as rebeliões, no contexto sempre aberto das redes e relações de poder, que levam à sua declaração de que “(...) toda minha pesquisa repousa no postulado do otimismo absoluto” (FOUCAULT, 1994e, p. 93), ao mesmo tempo em que acredita no potencial transformador das lutas de resistência, não o levam a desmerecer e desacreditar nas forças dos poderes estabelecidos que levam à normalização, à disciplina, ao controle, ao governo das vidas; pelo contrário, nada impede que Foucault esteja na perspectiva da mera denúncia dos sucessos das forças institucionais que visam ao controle da corpo, do pensamento e ao assujeitamento das pessoas. Ele mesmo admite, ao fim e ao cabo, que a filosofia crítica pode ser finita e parcial. O potencial da filosofia é restrito diante dos vastos desafios do mundo e de suas surpresas.<sup>9</sup>

No mundo de violência extrema e de tantos controles sutis do pensamento e das condutas, a autonomia é possível? Foucault, em sua militância teórica, nos traz uma posição política sustentável no mundo de ameaças que nos cercam?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *État d'exception, Homo sacer*. Paris: Ed. du Seuil, 2003.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTELO BRANCO, G. – "Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault". In: *Verve* n° 13, SP, NU-SOL/PUC-S.P.

CASTELO BRANCO, G. *Michel Foucault: filosofia e biopolítica*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.

FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I. La Volonté de Savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, M. “La philosophie structuraliste permet de diagnostiquer ce qu'est aujourd'hui”. In: *Dits et écrits I*. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange, 1994a.

FOUCAULT, M. “Le sujet et le pouvoir”. In: *Dits et écrits IV*. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange, 1994b.

---

<sup>9</sup> A partir do ano de 2019 do sec. XXI, quando do advento da ‘pandemia’, muitos filósofos foram convocados ou desafiados a pensar sobre as grandes inquietações abertas pela doença mortal e pelas modificações do cotidiano suscitadas por ela. O resultado foi desalentador, pela grande quantidade de análises repetidas e quase iguais (parece que as pessoas tidas como letradas não conseguem sequer ler umas às outras). São pouco estimulantes as versões apresentadas ao grande universo das pessoas interessadas em encontrar alguma resposta de valor para suas indagações. Os filósofos fracassaram diante do desafio emergencial que surgiu, não mostraram capacidade em pensar acima do chão do senso comum, essa é minha opinião. O que torna o meio filosófico muito suspeito, pois parecem filhos obtusos da *doxa*.

FOUCAULT, M. “Qu’est-ce que les Lumières”. In: *Dits et écrits IV*. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange, 1994c.

FOUCAULT, M. “L’éthique du souci de soi comme pratique de la liberté”. In: *Dits et écrits IV*. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange, 1994d.

FOUCAULT, M. “*Entretien avec Michel Foucault*”. In: *Dits et écrits IV*. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange, 1994e.

FOUCAULT, M. “Qui êtes-vous, professeur Foucault?” In: *Dits et écrits I*. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange, 1994f.

FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société*. Paris: Ed. du Seuil, 1997.

FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Ed. du Seuil, 2004a.

FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Ed. du Seuil, 2004b.

FOUCAULT, M. *Genealogia del racismo*. La Plata: Altamira, 1996.